

Reflorestar os sentidos a partir de saberes feministas e indígenas

Reforest the senses based on feminist and indigenous knowledge

Reforestar los sentidos desde los saberes feministas y indígenas

Catia Paranhos Martins

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.

Lucas Luís de Faria

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

Jaileila de Araújo Menezes

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Resumo

Neste ensaio fomentamos o debate pela decolonização dos saberes e das práticas da Psicologia. Primeiro, destacamos os nossos compromissos na busca por questionar as lentes epistemológicas utilizadas nesse campo. Na sequência, discutimos os desafios e as riquezas da atuação com os povos Kaiowá e Guarani, localizados na região da Grande de Dourados – Mato Grosso do Sul, apresentamos um recorte a partir das mulheres e suas lutas. Depois, trazemos questionamentos e sonhos na busca por tomar a sensibilidade como dimensão política para enfrentar as violências coloniais. A obra “Assentamento”, da artista Rosana Paulino, é utilizada como dispositivo para sentir/pensar as racialidades. Por fim, posicionamo-nos pelo (re)conhecimento de outros saberes e práticas balizados por perspectivas ameríndias, feminismos negros e latino-americanos e dissidentes na produção de psicologias engajadas com políticas de justiça e de cuidado para todas as espécies.

Palavras-chave: Psicologia Social; Estética decolonial; Feminismos; Racismo.

Abstract

In this essay we foment the debate for the decolonization of Psychology knowledge and practices. First, we highlight our commitments in the quest to question the epistemological lenses used in this field. Following, we discuss the challenges and riches of operations with the Kaiowá and Guarani peoples, located in the Grande de Dourados region - Mato Grosso do Sul, we present an excerpt stem from the women and their struggles. Afterwards, we bring questions and dreams in the quest to take sensitivity as a policy to face colonial violence. The

work “Settlement”, by the artist Rosana Paulino, is used as a device to feel/think racialities. Finally, we position ourselves so that the (re)cognition of other knowledge and practices guided by Amerindian perspectives, black and Latin American feminisms and dissidents in the production of psychologies engaged with policies of justice and care for all species.

Palavras-chave: Social Psychology; Decolonial Aesthetics; Feminism; Racism.

Resumen

En este ensayo fomentamos lo debate por la decolonización de los saberes y prácticas de la Psicología. Primer, destacamos nuestros compromisos en la busca por cuestionar las miradas epistemológicas utilizadas en este campo. En secuencia, discutimos los desafíos y riquezas de la actuación con los pueblos Kaiowá y Guaraní, ubicados en la región de la Grande Dourados - Mato Grosso do Sul, apresentamos un recorte desde las mujeres y sus luchas. Después, traemos cuestionamientos y sueños en la busca por la tomada de la sensibilidad como dimensión política para enfrentar las violencias coloniales. La obra “Asentamiento”, de la artista Rosana Paulino, es utilizada como dispositivo para sentir/pensar las racialidades. Por fin, nos posicionamos por lo (re)conocimiento de los saberes y prácticas otras orientados por las perspectivas amerindias, feminista negras y latinoamericanos y disidentes en la producción de psicologías comprometidas con políticas de justicia y cuidado para todas las especies.

Palabras clave: Psicología Social; Estética decolonial; Feminismos; Racismo.

Considerações iniciais

Este texto é um recorte¹ das conversações realizadas no estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL/CNPq), em articulação com o Núcleo Ori GEPCOL Museu da Pessoa. Entendemos conversar e sentir como duas dimensões interrelacionadas e fundamentais à

construção de um pensamento comprometido com a justiça social anti-individualista e contra-competitiva.

Buscaremos tanto fomentar quanto nos posicionar pelo necessário debate na decolonização dos saberes e das práticas do campo da Psicologia e pelo fortalecimento de epistemologias feministas, ameríndias, negras e dissidentes. Contra a asfixia ou anoxia de nossos sistemas vitais, somos inspiradas e caminhamos nas trilhas abertas por elas. Citamos somente algumas, como

Conceição Evaristo com suas escrituras cujas experiências pessoais e ficcionais se misturam e são estratégias políticas para enfrentar o silenciamento e (re)povoar a imaginação coletiva (2019, 2020); Glória Anzaldúa que nos convoca a escrever apesar do medo e para “manter vivo o espírito de minha [nossa] revolta e a mim mesma [nós mesmas]” (2021, p. 52); guiadas pelo compromisso de Audre Lorde: “me lembro duma promessa que fiz à minha caneta nunca deixá-la jazer no sangue de outra pessoa” (2021, p. 24) e pelos ensinamentos dos povos tradicionais e sintetizado no lema repetido pelas principais lideranças indígenas: “o futuro é ancestral” (Guajajara, 2023).

Tecemos as ideias em três momentos: primeiro, destacamos os nossos compromissos na busca pela de/descolonização de saberes e práticas em Psicologia. Na sequência, discutimos os desafios e as riquezas da atuação com os povos Kaiowá e Guarani, localizados na região da Grande de Dourados – Mato Grosso do Sul (MS), e apresentamos um recorte a partir das mulheres e suas lutas. Depois, trazemos questionamentos e sonhos na busca por tomar a sensibilidade como dimensão política para questionar as violências coloniais. A obra “Assentamento”, da artista Rosana

Paulino, é utilizada como dispositivo para sentir/pensar. Por fim, apostamos no (re)conhecimento de outros saberes e práticas balizadas por perspectivas ameríndias, feminismos negros e latino-americanos e dissidentes na produção de psicologias engajadas com políticas de justiça e de cuidado para todas as espécies.

Por Psicologias em diálogos com os saberes de/des/contra coloniais

Nos debates pela des/decolonização da Psicologia e sobre a necessidade de questionar as lentes epistemológicas utilizadas nesse campo de conhecimento, destacaremos contribuições de Jaileila Menezes e colaboradoras. São trabalhos que avançam na desafiante construção de estratégias teórico-metodológicas “(...) de resistência cientificamente engajadas no enfrentamento das injustiças sociais” (Menezes, Sampaio, Lins, 2019, p. 03), o que consideramos aqui como um dos desafios da atualidade.

A primeira autora, docente de Psicologia Social da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), experimentou, em sala de aula, a proposta da oficina “Racismo, Sexismo, Epistemicídios e os saberes Psi”, realizada

na XXVI Semana de Psicologia da Universidade Federal do Ceará” (Menezes, Sampaio, Lins, 2019). Tal como nessa metodologia, as/os estudantes da UFGD foram convidadas/os a escrever em um papel, de forma anônima, pensadoras/es importantes em sua formação acadêmica. O retorno em MS foi semelhante ao vivenciado no evento do Ceará. Somente homens cis gêneros, brancos, heterossexuais (com exceção de Foucault) e europeus compõem os primeiros lugares da lista, sendo que a 1º mulher foi a filósofa Judith Butler na 7º posição e a 1º brasileira foi a também filósofa Djamila Ribeiro, que apareceu somente na 9º posição.

Apesar das distâncias geográficas entre o Centro-Oeste e o Nordeste brasileiros, a formação em Psicologia continua a reitar o projeto moderno e colonial. Como avançar numa atuação alinhada aos desafios de cada território? A proposta metodológica de Menezes, Sampaio, Lins (2019) torna visível as matrizes coloniais que fundam e conformam desde a Psicologia até a sociedade brasileira, com efeitos na produção de sujeitos, subjetividades, entendimentos e manejos do campo psicossocial.

Somado aos questionamentos acima, há um movimento crescente nas Ciências Humanas pela urgência de enfrentar as violências coloniais produzidas pelo eurocentrismo, capitalismo, racismo e sexismo, dentre outras opressões. O padrão europeu como organizador da vida, do pensamento e do mundo naturaliza violências. Sendo assim, há inúmeros desafios para a Psicologia localizada numa das muitas periferias do sul global na construção de outros modos de pensar, pesquisar e sentir no enfrentamento das injustiças sociais. Aqui, em especial, fazemos referência à Grande Dourados (MS) e a situação de violação de direitos humanos em que vivem os povos tradicionais Kaiowá e Guarani, aspectos que serão abordados mais adiante.

Em mapeamento sobre a interseccionalidade na produção científica brasileira, as autoras Menezes e Silva (2020) destacam que o conceito é utilizado nas Ciências Humanas de maneiras diversas, como estratégia analítica, *práxis* e alinhamento entre conhecimento científico e justiça social. Tomamos a interseccionalidade, em diálogo com o feminismo negro e latino americano, como ferramenta de análise. É no entrecruzamento entre raça/etnia, gênero, renda e localidade que estão as mulheres

Kaiowá e Guaraní e que colocam em xeque uma certa Psicologia que ainda advoga pela neutralidade, objetividade e universalidade do conhecimento e de suas práticas individualizantes.

Incluir as dimensões estéticas, éticas e políticas da escrita científica em Psicologia é fundamental na busca por reposicionar essa área de conhecimento aos desafios do presente (Menezes & Moreira, 2022), com destaque aos povos, coletivos e grupos que lutam pela sobrevivência diária. Pensar práticas e seus registros a partir de outros balizadores, tal como propõem as autoras, dialogam com o questionamento que fazemos: “o quanto permitimos que os efeitos das leituras feministas modifiquem nossas escritas, de modo a produzirem intervenções nelas próprias?” (Oliveira, 2020, p. 5). Essa provocação nos inspira nas tarefas acadêmicas que fomentem a construção de estratégias coletivas de questionamento do cenário de barbárie e violação de direitos, em especial quando nos preocupamos com as vidas de mulheres, crianças e existências feminizadas, racializadas, indígenas, loucas, periféricas, dissidentes e outras.

Apostamos na arte ou na “nutrição estética (NE)” como dispositivo para pensar o presente ao tomarmos a

sensibilidade como dimensão da política e com potência para produzir outros mundos. O termo NE foi cunhado por Míriam Celeste Martins (2006, p. 12) para referir processos em que

Produções artísticas em diferentes linguagens são apresentadas para alimentar olhares, percepções, pensamentos. Essas nutrições estéticas tem gerado múltiplas interpretações, e deflagrado discussões: O que escolhemos para mostrar? Com quais critérios? Escolhemos apenas o que gostamos ou de obras que “sabemos falar” ou o que nos provoca, nos causa estranhamento e sobre as quais queremos problematizar para ir além das primeiras impressões? Como propomos os encontros entre educadores/imagens/aprendizes? De onde veem as imagens que utilizamos? Originais ou reproduções? Nossa seleção pode ser chamada de curadoria educativa?

Assim sendo, como fazemos a nossa curadoria educativa para sentir de outro modo a ponto de agir? A gramática eurocêntrica ainda serve para colocar Sul em análise? (Martins, 2019; 2020).

Recorremos aos “verbos/bússolas”, acolher, curar e artistar, a partir da perspectiva feminista decolonial, cunhados na pesquisa “Vozes mulheres em tempos de pandemia: (re)encontros narrativos”, de Jaileila Menezes (2021) que nos servem aqui também como guias, em especial na urgente tarefa da Psicologia em sua atuação com coletivos historicamente violados e que muito têm a nos ensinar sobre modos de resistir. O acolhimento e o cuidado são balizadores éticos na busca cotidiana por construir relações respeitadas e não repetir opressões e violações de direitos. Esses desafios são somados à dimensão estética na criação de uma vida digna e bela, o teko porã² tal como aprendemos com as e os Kaiowá e Guarani, e que serão contextualizados a seguir.

Desaprender, reaprender a viver na Terra Vermelha

Caminhamos, o oguatá para as e os Kaiowá e Guarani, com incontáveis parcerias pela Terra Vermelha, tal como a cidade de Dourados e a região são conhecidas. São terras tão sagradas quanto sangrentas em que corpos, histórias, lutas convocam/convidam a posicionamentos ético-políticos sobre os quais teceremos

algumas considerações e questionamentos. Em nossos estudos e andanças, buscamos tanto (re)conhecer as violações do direito de ser/estar, quanto procuramos pelo que escapa. Nas brechas estão os indícios dos movimentos coletivos de pensamento, ação e criação de mundos outros e, quiçá, sejam um antídoto contra as fomes e os adoecimentos gerados pelo deserto da monocultura (Martins, 2021; 2022).

Essa tarefa tem, de forma concomitante, duas dimensões. A primeira, acompanhamos o cenário de barbárie e escutamos as violências e as violações de direito já tão corriqueiras na vida das e dos Kaiowá e Guarani. Enquanto a Psicologia hegemônica direciona sua atenção ao individual e/ou privado, nosso compromisso ético-político é pelo público, coletivo, comum, de todes nós, de qualquer uma/um. A segunda dimensão é a estética e procuramos (re)conhecer, sentir, (des)aprender sobre as riquezas de habitar o tekoha guasu, as terras sagradas das e dos Kaiowá e Guarani.

Em nosso cotidiano encontramos indicativos para afirmar que a monocultura, tão marcante na região da Grande Dourados pelas extensas plantações, em especial de soja e cana-de-açúcar, cria homogeneizações de várias ordens. Nesse cenário, há a tentativa de

produção de um deserto para as invenções e as expressões dos incontáveis modos de ser/estar no mundo e também da compreensão de que há mundos outros. A monocultura produz inúmeros efeitos e impõe, inclusive, a homogeneidade ao olhar/escutar/sentir.

O MS é um estado da federação conhecido por ser um dos maiores produtores do agronegócio brasileiro e, de forma concomitante, possui índices alarmantes de violências e violações de direitos contra as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e os povos indígenas (Cimi, 2019; Rossi & Becker, 2019; Oliveira & Araujo, 2020; Sorgatto & Martins, 2020; Faria, 2020). Mesmo nesse cenário de barbárie, que lamentavelmente não está limitado ao MS e ao País, há também brechas, fissuras, riquezas e resistências.

Como karai, não indígenas para as e os Kaiowá e Guarani, e já cientes que os coletivos indígenas resistem há mais de 524 anos, cabe a nós a postura ética de (des)aprender ao caminhar, o *oguata*, bem como repensar a Psicologia, seus saberes e suas práticas formatadas pelas colonialidades do ser, saber, poder e de gênero. Habitar a cidade de Dourados, com mais de 18 mil pessoas que se declaram indígenas, faz-nos interrogar

sobre quem somos nós, as e os karai, não indígenas.

Dourados possui a reserva indígena mais populosa do País, são 18 mil pessoas em pouco menos de 3.600 hectares. Foi criada em 1917 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e está localizada a cinco quilômetros do centro urbano. Indígenas Kaiowá, Guarani e Terena foram colocados à força em “confinamento” (Brand, 1997) pelo Estado para abertura de áreas a serem ocupadas pela agropecuária. A reserva configura-se como “um sistema multiétnico *sui generis*” (Pereira, 2014), cuja convivência de vários grupos remonta à violenta história brasileira e ao projeto de desenvolvimento nacional.

Kaiowá, Guarani e Terena fazem parte do cotidiano da cidade, sendo impossível não enxergar as frequentes violências, violações de direitos e o genocídio em curso. As disputas pela terra, o poder do agronegócio, o posicionamento do judiciário nada imparcial, o aumento das taxas de homicídios, as crianças com baixo peso, as famílias em situação de insegurança alimentar, as violências contra mulheres e crianças, indígenas cumprindo pena no sistema carcerário, os julgamentos de indígenas sem tradutor para a língua materna, os suicídios (incluindo de crianças e jovens em idade escolar), os

assassinatos e criminalização de lideranças, dentre outros aspectos, são de conhecimento público (Cimi, 2019; Consea, 2017; Faria, 2020). São facetas do racismo de um país que sonha em ser branco e que tem como projeto as “características monstruosas da civilização ocidental” (Viveiros de Castro, 2015, p. 12).

Temos apostado em “desaprender oito horas por dia”, inspiradas pelo poeta sul-mato-grossense Manoel de Barros (2013), na construção de outros modos de atuar na Psicologia, na construção do Sistema Único de Saúde e demais políticas sociais. A saúde que almejamos é uma construção coletiva, implica num modo singular de fazer saúde com as pessoas e não para elas. Fazer saúde como as pessoas e não sobre elas, a despeito do que elas pensam, valorizam, querem ou sentem, implica a nós (e sonhamos também com a ampliação do que é ou deveria ser nosso) numa enorme tarefa.

Para provocar o pensamento questionamo-nos: o que a Psicologia e o SUS (e quiçá a assistência social, educação e etc.) precisam (des)aprender em respeito às comunidades³ daqui? Que outros modos de ser/estar/amar/lutar e produzir saúde esses coletivos têm a nos ensinar cotidianamente? Como fomentar outras

práticas em alinhamento aos saberes tradicionais?

Dentre tantas desaprendizagens, é fundamental problematizar saberes psicológicos que ainda se pautam pelo universal de humano; logo macho, branco, heterossexual, morador da cidade, que tem conta no banco, que sonha em trocar de carro e comprar uma casa, cristão, escolarizado e consumidor da felicidade à venda no mercado. É necessário questionar saberes, instrumentos e técnicas que servem para naturalizar cisões, como mente/corpo, natureza/cultura, humano/não humano, grafia/oralidade, nós/outros. Nesse movimento, é preciso indagar as naturalizações produzidas pela Ciência Moderna, descoladas da história de violações e fundadas numa concepção de desenvolvimento humano individual, prévio, padronizável, cronológico e linear.

Os saberes que nos interessam estudar, aprender, trabalhar e, quiçá, ensinar têm compromisso com a desconstrução da perspectiva colonizadora, etnocêntrica, elitista e individualizante que homogeneíza as pessoas e seus coletivos e as vicissitudes do viver. É um movimento de questionar as fronteiras, tanto as do conhecimento quanto as fronteiras que constituem (o que se convencionou a definir como) as

subjetividades e as tentativas de reduzir a vida ao indivíduo e à gestão do Estado-Nação.

Já podemos afirmar que o encontro com as e os indígenas é para quem se dispõe, dentre tantas desaprendizagens, a questionar a racionalidade moderna, ainda hegemônica e caracterizada por ser individual, dicotômica, biologizante, hospitalocêntrica, medicamentosa e curativa. Tal perspectiva empobrece as experiências do viver, mantém a violenta engrenagem colonial em funcionamento ao medicalizar e silenciar corpos/almas. E por isso perguntamos: como Kaiowá e Guarani se mantêm vivos/os a despeito do cenário nacional? Quando mapeamos somente as políticas de morte, o que deixamos escapar? Quais são as políticas de vida em andamento? Quais os desafios à Psicologia e/ou outras Psicologias?

Essas são comunidades que lutam contra o etnocentrismo, contra a escravidão de ontem e de hoje, pelo direito à terra e por uma vida digna; dignidade que só pode ser produzida a partir de suas coletividades e cosmologias. Aprendemos sobre dimensões até então incompreensíveis aos olhos e demais sentidos formatados pela perspectiva eurocêntrica. Ao acompanhar uma cerimônia com cantos/rezas e ouvir o som

do mbaraka (chocalho), desejamos que cumpram a missão de pacificar as pessoas não indígenas, nós, as e os karai. Tarefa tão urgente, quanto complexa e utópica.

É com Viveiros de Castro (2015, p. 15) que continuamos: como pensar o Brasil quando se está dentro do “liquidificador modernizante do Ocidente”? O que não conseguimos enxergar como karai, tal como a matriz eurocêntrica fez acreditar? Como desaprender e sentir com os cantos, rezas, danças, pinturas corporais, festas, artefatos, narrativas das relações entre os seres e demais performances na fabricação da pessoa e do cosmo dessas etnias?

Sendo assim, já podemos afirmar que saúde é luta, que terra não é sujeira e a vida tem mais dimensões do que nós – da cidade e formatadas pela Ciência, sendo que tais características também compõem a Psicologia – supúnhamos. Aprendemos sobre dimensões até então incompreensíveis aos olhos e demais sentidos produzidos pela racionalidade hegemônica, pela história universal e etnocêntrica. Nesta, a hierarquia entre grupos/coletivos/povos está sustentada no racismo e sexismo e que escondem as violências da modernidade.

Há inúmeras riquezas que não enxergávamos antes, que compõem a

dimensão estética. Elas e eles ensinam que não são pobres, que pobreza é ter mais do que se pode carregar. Ensinam que só se olha nos olhos de quem é íntimo e que a pressa (moderna, urbana) não ajuda na conversa. Outras temporalidades (ara) se fazem presentes. Elas/es sabem quando, onde, com quem e em qual língua falar. Acrescentamos, ainda, a capacidade de auto-organização, de construir parcerias para as lutas e mobilizações com apoios nacionais e internacionais, como abordaremos a seguir.

O teko porã é uma das tantas expressões do idioma guarani que as/os Kaiowá e Guarani nos ensinam para marcar a diferença entre as múltiplas formas de ser e se relacionar com/entre seres e mundos. Teko, em uma tentativa de tradução compartilhada aqui, significa modo de ser, e porã, bonito/belo. Nesse sentido, teko porã seria algo como o modo de ser belo, ou o modo de ser correto, em referência as experiências e conhecimentos próprias desses povos originários.

Teko porã remete ao passado de abundância e alegria, anterior ao atual cenário de escassez e miséria produzida pelo processo colonial. Naqueles tempos, as/os Kaiowá e Guarani caminhavam e constituíam-se enquanto coletividades de acordo com seus princípios cosmológicos.

O teko porã relaciona-se também à busca pelos modos ideais de ser/viver, em busca da terra sem males. A colonização e as colonialidades tentam inviabilizar o teko porã pela ganância do modo de ser karai, que compreende a terra não enquanto fonte de vida e saúde como as e os Kaiowá e Guarani, mas como mercadoria, mesmo que seja regada à sangue indígena, tal como a produção de *commodities* no MS.

Mulheres, saúdes e lutas

Neste cenário de injustiça, e no qual são inúmeras/os apoiadoras/es e pesquisadoras/es que estão ao lado das comunidades trabalhando para transformá-lo, os desafios são muitos. A saúde como direito de cidadania, como defende o movimento sanitário brasileiro, é marcada por desafios políticos.

Os indicadores de saúde evidenciam a diferença radical de nascer e viver no centro de Dourados ou na periferia, onde a reserva indígena está localizada. A raça/cor/etnia é um marcador de desigualdade e indica o tamanho da tarefa ao tomar a saúde como direito e como caminho para justiça social. São mais de três décadas e meia de prejuízo na expectativa de vida quando se é alguém Kaiowá e/ou Guarani. A discrepância

abissal está também nas taxas de mortalidade materna, natalidade pós-natal, de tuberculose, mortalidade por causas externas, dentre outras (Fernandes et al., 2019).

A intersecção renda/raça/gênero merece a nossa atenção e sinaliza uma complexa trama marcada por violências contra as mulheres, crianças e corpos feminizados. Quais histórias contam essas mulheres? Como se mantêm cantando/rezando? Como resistem aos séculos de violência colonial? Quais seus sonhos de uma boa vida para todes, indígenas e não-indígenas?

Ressaltamos a importância de compreender a interseccionalidade como ferramenta analítica em diálogo com o feminismo negro e somada aos diálogos sobre as colonialidades. Tal como Lugones adverte, a “lógica de separação categorial distorce os seres e fenômenos sociais que existem na interseção” (Lugones, 2008, p. 82), sendo necessário questionar o “sistema moderno-colonial de gênero” (Lugones, 2008) e seus mecanismos de violência.

Habitamos um cenário em que rezadoras e parteiras vivem em constante ameaça pelo racismo religioso. São desqualificações em seus saberes pelo olhar estatal e biomédico e pelas inúmeras

disputas internas e externas produzidas ao longo de mais de um século de “confinamento” (Brand, 1997). Colecionamos tristes histórias de mulheres e crianças vítimas de violências doméstica e sexual por homens de suas comunidades e/ou com a convivência de lideranças; de casas de reza que foram queimadas; de ñandesy (rezadora) acusada de feitiçaria por manter suas práticas tradicionais (canto/reza, chás, ervas e etc.), de tortura e ameaças de serem jogadas na fogueira; de gestantes desqualificadas em seus cuidados com o próprio corpo; de parteiras impedidas de realizar a sua tarefa; de famílias deslegitimadas na educação das crianças, com a perda da guarda e o acolhimento institucional já nos primeiros dias de vida.

São mulheres guerreiras Kaiowá e Guaraní que cuidam da vida coletiva. Mulheres que sabem que só terão futuro se continuarem a lutar e rezar. As políticas de cuidado são inúmeras e incluem manter a língua, educar as crianças, plantar, cozinhar, cuidar do fogo, conversar, dançar/cantar/rezar, fazer artesanato, massagens e demais cuidados com o corpo/território, cuidados com a família, preservar a mata, dentre tantas outras práticas. Ao tomar o cuidado como política parece-nos que elas sabem que é

fundamental cuidar da vida coletiva, lutar pela terra, rezar/cantar, para uma boa vida, o teko porã.

Foi a partir de 2006 que as mulheres começaram a se organizar num movimento tal como as lideranças masculinas já faziam desde a década de 1970. Os homens realizam reuniões periódicas, cada vez em um território ancestral diferente, e que são intituladas Aty Guasu, a Grande Assembleia Kaiowá e Guaraní (Benites, 2014; Faria, 2021). Somente em 2017 que as mulheres passaram a se reunir, primeiro denominaram o seu movimento como Aty Kunhã, Grande Assembleia das Mulheres, nomeação que foi modificada posteriormente por elas. Atualmente, as lideranças femininas de vários territórios se intitulam Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaraní.

Elas promovem, com regularidade, reuniões com lideranças mulheres de diferentes gerações para o debate de assuntos essenciais para vida coletiva (Anzoategui, 2018; Seraguza, 2018) e, de modo algum, se restringem as pautas que poderiam ser classificadas, de forma pejorativa, como femininas. A demarcação de terras sagradas, as violências, a necessidade de acesso e/ou qualificação

das políticas públicas, o futuro das crianças, as preocupações com o meio ambiente degradado pela monocultura e agrotóxicos, dentre outros assuntos são discutidos. (Kuñangue, 2019).

Após as reuniões ou quando situações trágicas ocorrem, documentos são produzidos com os relatos das violências sofridas e com as reivindicações endereçadas aos órgãos estatais e organismos internacionais. O registro e as cobranças ao Estado são estratégias realizadas pelas assembleias para romper o silenciamento sobre o cenário de violação de direitos, como também ocorre no movimento liderado pelos homens.

Esse movimento étnico-social das mulheres tem como lema “Enquanto houver o som do Mbaraka e do Takuapu haverá luta!”, ou seja, enquanto elas estiverem vivas, cantando/ rezando, estarão lutando por suas comunidades. Os artefatos sagrados citados, bem como o valor da palavra (nhe’) merecem cada vez mais a nossa atenção e só podem ser compreendidos a partir dos mundos Kaiowá e Guaraní. O teko porã perpassa pelo *nhe’e porã*, pelas boas/bonitas palavras, que são características das pessoas mais velhas, as *ñandesy*, que com seus instrumentos e cantos rezam para

afastar os perigos e fortalecer a luta árdua pela retomada dos territórios sagrados.

Em 2021, foi publicado o Mapa virtual da Violência "Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani"⁴, um importante mapeamento sobre as violências sofridas por elas e, de forma concomitante, produzido também por elas. Finalmente, as próprias mulheres Kaiowá e Guarani erguem as suas vozes, nomeiam as violências e são as protagonistas na luta pelo teko porã, uma boa vida.

As categorias de violência apresentadas no Mapa são: (1) violência do Estado na pandemia; (2) crimes de intolerância religiosa praticados por igrejas neopentecostais; (3) violência sexual contra crianças; (4) violência obstétrica; (5) violências nas áreas de retomadas (espancamentos, torturas psicológicas, violência física e moral); (6) não garantia dos direitos indígenas; (7) a tese do marco temporal, o judiciário e a lei Maria da Penha. (Kunangue, 2021; Rodrigues et al., 2023)

Rodrigues e colaboradoras (2023) realizaram uma breve análise das publicações da Kunangue Aty Guasu, no período entre 2017 e 2022, e destacam que as principais reivindicações são a necessidade urgente de demarcação de

terras e o arquivamento da tese do Marco Temporal. Na análise das violações de direitos, destacam o fio que liga e conduz as denúncias feitas por elas na busca pelo bem viver (teko porã). O bem viver rompe com o entendimento de vida individual e há uma íntima relação entre a saúde, seres e território. Por isso, violentar a natureza é, ao mesmo tempo, violentar os corpos humanos e seres não humanos também sagrados que habitam a terra, gerando desequilíbrio no cosmo. (Rodrigues et al., 2023)

O que a Psicologia e as demais áreas de conhecimento precisam (des)aprender com as narrativas e as lutas das mulheres, aqui em especial das Kaiowá e Guarani? Quais provocações essas mulheres e seus coletivos fazem ao desestabilizar as bases coloniais que nos formam? Quais são as práticas de cuidado de corpos-territórios entre mulheres e comunidades na gestão de outros mundos?

Novamente retomamos Manoel de Barros: “as coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis. Elas desejam ser olhadas de azul – que nem uma criança que você olha de ave” (Barros, 2013). É a racionalidade moderna, que se pretende única, universal e melhor, sendo urgente questionada. Compreendemos, assim, que a convivência com um cenário de barbárie é

necrose para a Psicologia que almejamos cultivar e (des)aprender/ensinar.

Reflorestar os sentidos e assentar a Psicologia em outras bases

Nessa cartografia, que para nós é também um exercício de imaginação política, precisamos oxigenar o pensamento, ativar a sensibilidade e promover a nossa nutrição estética. Por isso nos perguntamos: como assentar a Psicologia em outras bases? Como seriam/serão saberes e fazeres em alinhamento às outras ontologias, epistemologias feministas, negras, ameríndias, dissidentes? Se levarmos à sério aquelas e aqueles que combinaram “de não morrer” (Evaristo, 2019), que historicamente foram condenadas/os como “outros”, quais são as necessárias transformações em nós e em nossa área de conhecimento?

Os desafios apontados pela Sueli Carneiro fortalecem essa caminhada:

(...) não quero, como sempre, chorar esses mortos em praça pública. Clamar contra esse genocídio como tantas vezes fiz. Talvez porque, desta vez, as coisas foram tão longe que atingiram um ponto insustentável, em que é

preciso (...) analisar o horror em toda a sua plenitude, para não desistir (2011, p. 84).

Tecemos duas ponderações a partir desta autora. Primeiro, diferente dos espaços públicos onde a juventude negra é assassinada, em especial, nas periferias dos grandes centros urbanos, o cenário de violação de direitos em que vivem Kaiowá e Guarani da região de Dourados são nas áreas de reserva, ou seja, terras do Estado brasileiro onde indígenas foram confinados no início do século XX, ou nas áreas de disputas pelos territórios ancestrais, que são definidas como áreas de retomadas, e que estão tituladas, atualmente, como propriedades privadas.

Aqui juventudes e genocídios em curso se encontram, sendo a produção de Sueli Carneiro e demais pensadoras/es negras/os como fundamental para “ler o Brasil” (2022) a partir do racismo. A Reserva de Dourados é formada por 74% de crianças e jovens, entre 0 e 29 anos, e a expectativa de vida é menos de 40 anos (Fernandes et. al, 2019), paradoxalmente acompanhamos o envelhecimento do País. E, ainda, as mortes por causas externas, como suicídio, homicídio e demais violências, são comparadas a países em guerra.

Ressaltamos que embora haja inúmeras especificidades nas discussões étnico-raciais e que não foram abordadas por nós, destacamos a raça/cor/etnia como marcador fundamental. Esse define políticas de vida e morte, produz uma fronteira que separa vidas que têm direito ao presente/futuro, à envelhecer e as demais. São corpos usados ontem e hoje como “lenha para queimar” (Paulino, 2013), tal como trataremos abaixo.

A segunda ponderação é que nos últimos anos, após a vitória de Jair Bolsonaro (2018/2021), houve permissão para o ódio na sociedade brasileira e as ditas minorias declaradas como inimigas da nação. Houve um crescente na violência contra as comunidades indígenas na região de Dourados. Nas narrativas e lágrimas as mulheres Kaiowá e Guaraní diziam que a situação estava “insuportável” para elas e suas comunidades. E, apesar de tanto “horror”, elas, incansavelmente, juntam-se a tantas pessoas e continuam a

(...) celebrar a vida e a luta pela emancipação que se trava a cada dia, que tanto faz recrudescer a violência e o ódio racial quanto aumenta em cada um [uma] de nós a consciência de por que morremos [e por que pesquisamos e lutamos]. É preciso ir ao encontro da vida

para buscar forças para resistir (Carneiro, 2011, p. 84).

Seguimos na construção de parcerias e de estratégias teórico-metodológicas para decolonizar a Psicologia. Apostamos em práticas coletivas, inspiradas nas lutas indígenas, negras e feministas, para analisar “o horror em toda a sua plenitude” e, de forma concomitante, “ir ao encontro da vida para buscar forças para resistir” (Carneiro, 2011, p. 84).

Entendemos como fundamental avançar na compreensão das violências, das dores e das lutas contra o racismo, mas estamos cientes que é necessário também “ir ao encontro da vida” e que há inúmeras dimensões que escapam às tentativas reducionistas. E para sentir/pensar outros mundos é necessário abandonar a perspectiva salvacionista e recusar o lugar de colonizadoras⁵.

Como enxergar as riquezas do oguatá, do caminho? Quais saberes, fazeres e estratégias de resistências ancestrais foram acumuladas? Nossos modos de pensar/sentir/conhecer são frutos da modernidade e, assim sendo,

(...) libertar-se das amarras é desobedecer a cartilha colonizadora, e, mais ainda, ir

contra ela. Para nós, esta é uma das tarefas urgentes da Psicologia no que diz respeito às alteridades negadas e encobertas pelos processos coloniais a fim de colaborar para emergência e reorganização das subjetividades e cosmologias ainda colonizadas (Faria & Martins, 2020, p. 40).

Estamos cientes que “a colonialidade que nos atravessa, as memórias inscritas em nossos corpos e a (im)possibilidade de descolonizar o feminismo (...) e, inclusive, a colonização também de nossa episteme é uma marca que permeia o pensamento feminista do Sul” (Bidaseca, 2014, p. 586-587). E, assim sendo, estamos na fronteira entre as possibilidades e os limites de produzir outros modos de escrever, sentir, pensar e pesquisar em Psicologia, bem como na fronteira entre saberes coloniais, feministas, ameríndios e dissidentes. Nesse jogo perverso e viciado, buscamos outras balizas e novas ancoragens que produzam novas sensibilidades, a seguir um breve exemplo.

A importante artista Rosana Paulino⁶ nos provoca a sentir/pensar. Em sua obra “Assentamento”, de 2011, o passado/presente marcado pelo racismo é

trazido à cena. “Assentamentos” é uma instalação composta por algumas fotos e um amontoado de braços e pernas pintados de preto, que são amontoados em cima de *palets*. No centro da cena, uma dessas fotografias, um corpo negro nu. É de uma mulher, sem nome, que olha fixamente. A imagem foi recortada e depois mal costurada pela artista. Nesse corpo, um coração foi sobreposto à fotografia. Uma fina linha vermelha nos indica que ele sangra. Vemos a sutura, podemos sentir a ferida. E, nas laterais da cena, *tablets* passam sucessivamente imagens do mar, supomos ser o Atlântico.

A composição escancara que as negras e os negros eram vistos como “lenha para se queimar”, sendo que “a mecânica da escravidão era tão perversa que a expectativa de vida de um escravo nascido no Brasil girava em torno de 19 anos” (Paulino, 2013). Para Paulino, os *palets* e as pessoas remetem à história brasileira de colonização e escravidão, ressaltando o passado ainda presente de um país agrário e que alimenta até hoje o mercado internacional com matéria-prima, a despeito do já sabido custo humano e ambiental.

Temos ali a ferida colonial exposta e as suturas foram mal feitas. É a perversidade do projeto

desenvolvimentista como justificativa para expropriações de todas as ordens em corpos/territórios não brancos. É toda a violência do racismo que precisa ser enfrentado pela sociedade brasileira e pela Psicologia. Entretanto, o projeto de embranquecimento não se concretizou⁷, nem as reiteradas tentativas de extermínio dos povos negros e indígenas e apostamos na força dos movimentos que abalam a falaciosa democracia racial.

O dispositivo da racialidade, desenvolvido por Sueli Carneiro (2023), auxilia-nos para destacar que a história brasileira nega a dimensão ontológica de seres humanos negros e indígenas. O País se fez, e se faz, com políticas de morte de pessoas racializadas em nome do projeto de embranquecimento. Desde as deliberadas ações no pós-abolição para composição da república brasileira sem as pessoas negras ao racismo científico e à constituição do mito fundador da igualdade racial são as bases de nossa história.

A história oficial contada a partir de 1500 faz questão de apagar a escravização e o genocídio de indígenas, justificar e minimizar os horrores da escravidão das pessoas negras trazidas à força do continente africano, assim como nega toda contribuição de negros/as e

indígenas seja no desenvolvimento nacional, seja no questionamento radical da concepção de desenvolvimento extrativista e predatória posta pelo capital. Apesar de toda violência das tentativas reiteradas de negação da humanidade, “o outro como não ser” (Carneiro, 2023), as lutas dos movimentos sociais negros, indígenas e feministas são grandes educadores da sociedade brasileira.

Embora cientes de que há muitos fios em aberto em nossa discussão, encaminhamos para um provisório encerramento. Ressaltamos que o racismo naturaliza violências e cria impossibilidades de (re)conhecer sujeitos e mundos, por exemplo, o “axé” assentado nessas terras pelas pessoas negras, em diálogo com a obra Paulino (2013); assim como funciona para tentar nos impedir de sentir/escutar as belas palavras das Kaiowá e Guarani. O dispositivo da racialidade almeja o apagamento desses e tantos outros incontáveis modos de vida.

Apesar das violências coloniais, mulheres indígenas, negras, mestiças, subalternizadas e experiências outras, sempre produziram saberes, lutas e resistências. Finalmente, aprendemos que somente as netas dessas mulheres conseguem “assinar os poemas” e demais produções feitas por todas elas ao longo

dos séculos de desumanização (Walker, 2021; Lorde, 2020). Assim, fazeres/saberes foram produzidos por todas e todes que “combinamos de não morrer” (Evaristo, 2019, p. 99) e cá estamos, numa tarefa coletiva, de aprender com “os jardins de nossas mães” (Walker, 2021).

Além da beleza das flores plantadas por elas, há roças, costuras, comidas, cerâmicas, cestarias, cantos, danças, bordados, grafismos, histórias e mundos cuidados por mulheres indígenas, negras e dissidentes. Como puderam fazer tudo o que fizeram para chegarmos aqui? Outras políticas e poéticas compõem essa longa trajetória a ser (re)conhecida por nós.

Então, não seria Arte acumular saberes seculares e transformar necessidade em liberdade, em beleza? Aqui destacamos um deslocamento fundamental. Feminismos negros, latino-americanos, africanos e cosmologias ameríndias indicam saídas para nossa miséria atual e não se restringem a criticar a modernidade. Outras sensibilidades e racionalidades, como produção coletiva, continuam em curso e nos provocam a (re)pensar o presente.

Não há dúvidas de que uma certa história é parte do projeto moderno de

desumanização de mulheres e demais experiências negras, indígenas, não brancas, mestiças, periféricas e dissidentes. Os séculos de violência, descrédito, apagamento de experiências outras produziram lacunas e também lutas, conhecimentos e outros modos de resistir, produzir e conhecer. Enquanto a racionalidade moderna pode ser sintetizada em “penso, logo existo”, a resposta radical à violência patriarcal branca de Audre Lorde é “sinto, logo sou livre” (2020) e os movimentos indígenas nos convocam, com urgência, a “nunca mais um Brasil sem nós”⁸ (Guajajara, 2023).

Continuamos na tarefa de sentir/escrever/escutar outras histórias que questionam os pilares da modernidade-colonial-capitalista que fundam também a Psicologia. Sigamos apostando que tomar a vida e a arte como dimensões inseparáveis produza outras saúdes e estratégias de cuidados das feridas coloniais, bem como as necessárias mutações na sensibilidade coletiva e na gestação de incontáveis modos de ser/estar e até de mundos.

Referências

Anzaldúa, G. (2021). *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Rio de Janeiro, Brasil: A bolha.

- Anzoategui, P. (2017). *Somos todas Guarani-Kaiowá: Entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5646707.
- Barros, M. (2013). *Poesia completa*. Rio de Janeiro, Brasil: Casa da Palavra.
- Benites, T. (2014). *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha* (Tese de Doutorado). Recuperado de <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000824969>.
- Brand, A. (1997). *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra* (Tese de Doutorado). Recuperado de <https://acervo.socioambiental.org/acervo/tesesdissertacoes/o-impacto-da-perda-da-terra-sobre-tradicao-kaiowaguarani-os-dificeis>.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (2017). *Tekoha: direitos dos Povos Guarani e Kaiowá: visita do Consea ao Mato Grosso do Sul*. Recuperado de <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/tekoha-direitos-dos-povos-guarani-e-kaiowa#:~:text=A%20comitiva%20liderada%20pelo%20Consea,Uma%20verdadeira%20trag%C3%A9dia%20humana>.
- Conselho Indígena Missionário (2019). *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil – dados 2019*. Recuperado de <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>.
- Carneiro, S. (2022). *Casa Sueli Carneiro, Curso Ler o Brasil*. Recuperado de <https://casasuelicarneiro.org.br/cursos/ler-o-brasil/>.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Brasil: Selo Negro.
- Evaristo, C. (2020). *Escrivência*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>.
- Evaristo, C. (2019). *Olhos d'água*. Rio de Janeiro, Brasil: Pallas.
- Faria, L. L. (2020). *Psicologia em movimento com os/as Kaiowá e Guarani: diálogos fronteiriços e desobedientes*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4658/1/LucasLuisdeFaria.pdf>.
- Faria, L. L. & Martins, C. P. (2023). *“Terra é Vida, Despejo é Morte”: Saúde e Luta Kaiowá e Guarani*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43 (e245337), 1-17. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Q6SNtKGVK9ZYFqc36b5NGbP/>

- Fernandes, T. O., Martins, C. P., Souza, F. S., Trajber, Z. & Machado, I. R. (2019). A Saúde na Reserva Indígena de Dourados: histórico, lutas e (re)existências. In J. G. B. Mota & T. L. V. Cavalcante (Org.), *Reserva Indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos* (pp. 185 - 202). São Leopoldo, Brasil: Karywa.
- Hooks, b. (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo, Brasil: Elefante.
- Kuñangue Aty Guasu. (2019). *Documento Final da VII Kunãgue Aty Guasu*. Recuperado de <https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/10/relatorio-final-da-vii-kunangue-aty-guas-2019.pdf>.
- Kuñangue Aty Guasu. (2021). *Corpos silenciados e vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani*. Recuperado de <https://www.kunangue.com/mapeamento-da-viol%C3%Aancia?lightbox=dataIt em-kq7v1bbu>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Com a coleta concluída na TI Yanomami...* Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/36595-com-a-coleta-concluida-em-tis-yanomamis-censo-ja-registra-1-652-876-pessoas-indigenas-em-todo-o-pais>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Conheça o Brasil. População cor ou raça...* 2022. Recuperado de <https://educa.ibge.gov.br/jovens/co-nheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>.
- Lorde, A. (2020). *Irmã outsider*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Lorde, A. (2021). *Nossos mortos em nossas costas*. Rio de Janeiro, Brasil: A bolha.
- Lugones, M. (2008, dez.). Colonialidade e Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, (9), 73-102. Recuperado de <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>.
- Guajajara, S. (2023). *Discurso oficial de posse como ministra dos povos indígenas*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=IV_fa_1M_g8.
- Martins, C. P. (Des)aprendizagens com as e os Kaiowá e Guarani: uma provisória cartografia da terra vermelha. In M. L. Dutra & C. N. Sathler (Org.), *Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas: ética e intervenções* (pp. 39 – 54). São Carlos, Brasil: Pedro & João Editores.
- Martins, C. P. (2021, set.). “Desaprender 8 horas por dia”: psicologia e saúde indígena. *Fractal, Rev. de Psicologia*, 33 (3), 192-198. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/fractal/a/wSLnTkqHT3WLXCXRSGzTGxD/?format=pdf&lang=pt>
- Martins, C. P. (2020, abril). Alinhavos para pensar o presente: arte de Rosana Paulino e Beth Moysés. *Rev. Polis Psique*, 10, (1), 47-62. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>

- ?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2020000100004
- Martins, C. P. (2019). Breves costuras a partir de Rosana Paulino e as vozes do Sul. *Revista Nanduty*, 7 (11), 135-144. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10757/5693>
- Martins, C. P. (2014). “Nada sobre nós em nós”: aprendizados a partir do Apoio na articulação entre o HumanizaSUS e a saúde indígena. R. Pinheiro, F. H. Silva, T. Lopes & A. S. Junior (Org.), *Experiência(ações) e práticas de apoio no SUS* (pp. 103-117). Rio de Janeiro, Brasil: Cepesc/Ims/Uerj/Abrasco.
- Martins, M. C. (Org.). (2006, jan.). Curadoria educativa: inventando conversas. *Reflexão e Ação*, 14 (1), 9-27. Recuperado de http://fvcb.com.br/site/wp-content/uploads/2012/05/Canal-do-Educador_Texto_Curadoria-Educativa.pdf
- Menezes, J. A. (2021). Estágio Pós-doutoral: Vozes mulheres em tempos de pandemia: (re)encontros narrativos. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Menezes, J. A., Sampaio, J. & Lins, S. (2019). Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 31, 01-09. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Smrgx8QZPdGw6RwwJLL8b8M/>.
- Silva, R. A. & Menezes, J. A. (2020) A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15 (4), 01-16. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400010.
- Moreira, L. & Menezes, J. A. (2022). Disciplina Políticas de escrita. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Oliveira, E. A. & Araujo, J. (2020). Marcas necropolíticas sobre corpos dissidentes em Mato Grosso do Sul. *Perspectivas em Diálogo*, 7 (14), 295-306. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9269>.
- Oliveira, E. A. & Sathler, C. N. (2024). *Por entre sangue, pus e suor: nas tessituras de uma Psicologia encarnada*. São Paulo, Brasil: Devires.
- Oliveira, E. S. (2020, jul.). A docência como uma performance feminista. *Pesquisa e práticas Psicossociais*, 15 (3), 01-13. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000300007.
- Paulino, R. (2013). *Assentamento - pdf educativo*. Recuperado de <https://rosanapaulino.com.br/material-para-estudo/>
- Pereira, L. M. (2014). A atuação do órgão indigenista oficial brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS. *38º Encontro Anual da Anpocs*. Recuperado de <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt21-1/8809-a-atuacao-do-orgao-indigenista-oficial-brasileiro-e-a->

producao-do-cenario-multietnico-da-reserva-indigena-de-dourados-ms/file

Rodrigues, B. M., Vieira, B. B., Pereira, J. M., Martins, C. P. (2023). Mulheres Kaiowá e Guarani: Aprendizagens, Lutas e Sonhos. In A. A. R. Ioris, L. Seraguza & E. S. Ladeia (Org.), *Mulheres guarani e kaiowá: modos de existir e produzir territórios* (pp. 321 - 332) Curitiba, Brasil: Appris.

Rossi, J. & Becker, S. (2019). “Humano que não se pode consertar”: a necropolítica dos corpos femininos. *Revista Nanduty*, 7 (10), 159-174. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10305>.

Seraguza, L. (2018). Mulheres em retomadas: sobre política e relações de gênero entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. *Tessituras*, 6 (2), 215-228. Recuperado de <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/975>.

Sorgatto, A. & Martins, C. P. (2020). “Que tiro foi esse?”: Saúde, fronteira(s) (d)e gênero. In P. Staliano & M. Mondardo (Org.), *Violência, gênero, saúde e fronteira(s): diálogos interdisciplinares* (pp. 83 - 107). Curitiba, Brasil: Brazil Publishing.

Viveiros de Castro, E. (2006). No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. In B. Ricardo & F. Ricardo. *Povos indígenas do Brasil: 2001-2005* (pp. 41 - 49). São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Viveiros de Castro, E. (2015). Prefácio: O recado da mata. In D. Kopenawa & A. Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (pp. 11 - 41). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Walker, A. (2021). *Em busca do jardim de nossas mães: prosa mulherista*. Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.

Catia Paranhos Martins. Professora da graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4905-5865>

Email: catiamartins@ufgd.edu.br

Lucas Luis de Faria. Doutorando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5836-0496>

Email: lucasluisf@outlook.com

Jaileira de Araújo Menezes. Professora do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

Email: jaileila.santos@ufpe.br

Submetido em: 13/07/2023

1ª Rodada: 03/10/2023

Aceito em: 29/02/2024

Contribuição dos autores:

Conceitualização: C. P. M.

Redação do manuscrito: C. P. M.; L. L. F.; J. A. M.

Análise dos dados: C. P. M.; L. L. F.; J. A. M.

Revisão e edição: C. P. M.; L. L. F.; J. A. M.

Financiamento

Sem financiamento.

Notas

¹ Uma outra versão deste material, com algumas modificações, foi publicada como capítulo de livro na obra “Por entre sangue, pus e suor: nas tessituras de uma Psicologia encarnada” (Oliveira; Sathler, 2024).

² Palavras em Guarani, importantes para os povos Kaiowá e Guarani da Grande Dourados e para a compreensão dos desafios propostos, serão citadas ao longo do texto. Em oposição à norma, as palavras em Guarani não serão grafadas em itálico, já que não são vocábulos de língua estrangeira. Antes ou após as palavras em Guarani, haverá uma tentativa de tradução e/ou explicação com o sentido usual e compartilhado entre comunidades, apoiadoras/es e pesquisadoras/es. Mas é importante registrar que estamos cientes dos perigos da tradução e das inúmeras delicadezas que escapam à lógica colonial. Essas preocupações dialogam com Moreira e Menezes (2022) em suas provocações “Políticas da escrita”.

³ Utilizamos o termo comunidade cientes de que pode naturalizar séculos de violações de direitos. Morar em uma situação de reservamento, marcada pelo racismo e por escassez de terra, água, comida, trabalho, mata e etc., é o oposto da vida comunitária. Mas também destacamos que as construções de aliança são forças que se movem com mais rapidez do que conseguiríamos mapear. Num histórico de confinamento de mais de um século, as parentelas se juntam e se distanciam por inúmeros propósitos. Aprendemos com os movimentos indígenas que nas áreas de retomadas, territórios ancestrais reivindicados como tais e nas lutas pela demarcação, retomam-se também os modos sagrados de organizar a vida e que são adjetivados como tradicionais, ancestrais e/ou Guarani.

⁴ Disponível em: <https://www.kunangue.com/>

⁵ No trabalho de Faria (2020) há o compromisso com a desideologização, sendo fundamental a recusa do lugar de colonizador/dominador. Embora as assimetrias estejam postas, buscamos compreender e enfrentar as desigualdades ao nos colocarmos ao lado dos povos originários. Ao longo dessa caminhada, já temos nos questionado se o nosso lugar ético-político não seria dar um passo atrás, questionando o lugar destinado pelas colonialidades, o de saber o que é melhor para elas e eles. Ao acompanhar esses coletivos em sua resistência ancestral, estamos cientes do complexo enredo que escapa às compreensões karai, não indígenas. (Faria & Martins, 2023)

⁶ Sugerimos um passeio pelo site da artista (www.rosanapaulino.com.br) e por nossas considerações em diálogo com a obra de Rosana Paulino (Martins, 2019; 2020).

⁷ No Censo de 2010 eram 896,9 mil pessoas indígenas e as informações preliminares do Censo de 2022 apontam para mais de 1 milhão e 600 mil que se autodeclararam indígenas (IBGE, 2023). Somado a isso, o número de pessoas que se declaram brancas caiu, e de pessoas pretas e pardas aumentou desde 2012 (IBGE, 2022). O País vive um processo de reindianização há algumas décadas, tal como já sinalizado por Viveiros de Castro (2006). E o aumento de pessoas negras indica o enegrecimento coletivo? Será parte do processo de reapropriação de nossa história no enfrentamento das violências coloniais que nos fundam?

⁸ O lema dos movimentos indígenas citado no emocionante discurso da ministra Sônia Guajajara, em janeiro de 2023, dialoga com os nossos aprendizados com os povos tradicionais para o fortalecimento do SUS na luta por “nada sobre nós sem nós” (Martins, 2014).